

## **FRENTE JUNTOS PELA MUDANÇA**

### **PLATAFORMA DA MUDANÇA, DA INOVAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

#### **SUMÁRIO**

<b>1.APRESENTAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>2.DIRETRIZES E PROPOSTAS</b>	<b>3</b>
<b>2.1 GOVERNAR COM TRANSPARÊNCIA, ZÊLO E RESPEITO PELO BEM PÚBLICO</b>	<b>3</b>
<b>2.2 DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA: Estratégia de Planejamento, Gestão e de Articulação Espacial e Funcional</b>	<b>3</b>
2.2.1. GOVERNAR JUNTOS PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS	<b>4</b>
<b>2.2 PARA UMA BELÉM HUMANA E SAUDÁVEL</b>	<b>5</b>
2.2.1. SAÚDE COMO DIREITO À VIDA	<b>5</b>
2.2.2. SANEAMENTO COMO DIREITO SOCIAL PARA UMA BELÉM SAUDÁVEL	<b>8</b>
2.2.3 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS RIOS URBANOS	<b>8</b>
2.3.4 MEIO AMBIENTE INTEGRADO	<b>9</b>
<b>2.3. BELÉM SEGURA, PROTETORA E DA PAZ</b>	<b>10</b>
2.3.1.SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	<b>10</b>
2.3.2. EDUCAÇÃO INTEGRAL: assegurando futuro a crianças e jovens	<b>12</b>
2.3.3.ESPORTE E LAZER: gestão participativa, democratização do acesso e respeito à diversidade	<b>13</b>
2.3.4.ASSISTÊNCIA SOCIAL	<b>15</b>
<b>2.4.BELÉM CONECTADA: integração territorial e mobilidade</b>	<b>18</b>
2.4.1.EIXOS DE CIRCULAÇÃO ALTERNATIVOS PARA ACESSO À REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	<b>18</b>
2.4.2.PARQUES, ACESSOS E CIRCULAÇÃO	<b>19</b>
2.4.3.REDE CICLOVIÁRIA INTEGRADA EM TODA A CIDADE	<b>19</b>
2.4.4.CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM	<b>20</b>
2.4.5.TRANSPORTE E TRÂNSITO: Para reestruturar o Sistema de Transporte e Trânsito em Belém	<b>21</b>
<b>2.5.BELÉM DA INOVAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>2.6.CULTURA DESCENTRALIZADA E CRIATIVA</b>	<b>23</b>
<b>2.7.BELÉM DA DIVERSIDADE, DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS</b>	<b>24</b>
<b>2.8.VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E QUALIDADE SOCIAL DO SERVIÇO PÚBLICO</b>	<b>27</b>
<b>2.9.BELÉM METRÓPOLE SOLIDÁRIA E CRIATIVA</b>	<b>28</b>
<b>2.10.TURISMO DO SÉCULO XXI NA METRÓPOLE</b>	<b>30</b>
<b>2.11.HABITAÇÃO: moradia digna em Belém</b>	<b>31</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Esta Plataforma da Mudança, da Inovação e da Participação, expressa a capacidade e disposição de Belém para o diálogo, para a discussão de temas e situações que fazem o dia a dia de cada família e de cada cidadão no seu local de moradia, de trabalho, na sua comunidade, nas suas entidades e por meio de suas práticas associativas e comunitárias. Trazem aspirações de um povo sedento por mudança, inovação e direito à FALA como exercício de democracia e de participação na construção do seu destino.

É uma Plataforma que resulta do processo de escuta e de debates denominado FALA BELÉM realizado no período de pré-campanha enquanto um espaço para apresentação de proposições e possibilidade inovadora, e amplamente participativa. O FALA BELÉM foi realizado através de Plenárias em todos os Distritos Administrativos de Belém, bem como, se constituiu de Plenárias Setoriais de todas as políticas públicas e diferentes segmentos sociais. Muitas contribuições foram apresentadas ainda, em grupos de trabalho com técnicos, professores, profissionais liberais, trabalhadores de diferentes ramos de atividade, lideranças comunitárias, associativas. Para aprimoramento, dentre outros recursos foi feito uso de bases cartográficas, imagens e dados que permitiram interação, diagnóstico e projeção das ações.

Importa destacar que o FALA BELÉM expressa em si um exercício de convivência democrática e engajamento da população nas diversas áreas e setores e os partidos que compõem a Frente ***Juntos pela Mudança***.

Resulta assim, de aspirações e reflexões coletivas, democraticamente construídas, como acreditamos deve ser a formulação de um Programa de Governo, que aponta para uma forma de governar com democracia e participação direta. Neste processo foi realçado fortemente, o desejo de participação, o desejo de mudança e de inovação. Desta forma apresentamos os seguintes princípios, que abrem esta Plataforma:

**MUDANÇA**, porque os desafios de Belém exigem coragem para mudar o que precisa ser mudado e capacidade para fazer na saúde, na educação, no transporte, no saneamento e na segurança o que não foi feito nos últimos doze anos. **INOVAÇÃO**, porque o Poder Público é cada vez mais cobrado a engendrar meios sintonizados com os novos tempos, para cuidar da cidade, das pessoas e da natureza. O acesso a tecnologias que, mais do que elevem a produtividade, melhorem a vida das pessoas, com tecnologias sociais que valorizem as práticas cotidianas. O fornecimento e uso dos recursos como a energia, a água e os alimentos; o planejamento urbano, com a ampliação e requalificação dos espaços públicos, com a economia e, acima de tudo, a inovação nos processos educativos de crianças e jovens para garantir futuro que produza efeitos para toda a sociedade, tendo como resultado cidades seguras e saudáveis, onde haja estímulo à cultura da inovação em todas as práticas da administração pública municipal. **PARTICIPAÇÃO POPULAR**, porque a nossa cidade precisa ser cuidada com carinho, ouvindo as pessoas, zelando pelo bem comum de forma democrática, com o Prefeito definindo junto com os cidadãos o que Belém Pode Ser. Isso é respeitar as pessoas e realizar um governo que pratica a democracia voltada e com a participação direta do povo, na busca pela reinvenção da democracia. São princípios que podem fazer por Belém aquilo que a nossa cidade precisa. Participar, decidir sobre a cidade, governar junto e viver na cidade sem medo, com liberdade e segurança pode ser o destino da cidade de Belém.

## **2.DIRETRIZES E PROPOSTAS**

### **2.1.GOVERNAR COM TRANSPARÊNCIA, ZÊLO E RESPEITO PELO BEM PÚBLICO**

Regulamentar a Lei de acesso à informação no Município e ampliar o grau de transparência pública reestruturando o portal da transparência da Prefeitura, sob os princípios de transparência ativa e garantindo o acesso pleno da população às informações públicas municipais. Fortalecer a Controladoria do Município para que o órgão atue na prevenção e no combate à corrupção por meio da avaliação e controle das políticas públicas e de seus orçamentos.

Dar amplo conhecimento dos gastos do município, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso aos dados;

Fortalecer a Controladoria do município, melhorando a fiscalização das políticas e do orçamento;

Instituir os conselhos populares de fiscalização de obras e serviços, com eleição direta de seus membros;

Fortalecer os Conselhos Municipais de Políticas na perspectiva da participação popular e do controle social;

Criar a Procuradoria Municipal, assumindo as atuais funções da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, com vista ao fortalecimento das ações municipais coadunadas aos princípios da transparência, do zêlo e respeito pelo bem público.

### **2.2.DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA: Estratégia de Planejamento, Gestão e de Articulação Espacial e Funcional**

Um importante desafio para governar as cidades refere-se ao mecanismo pelo qual a ação estatal será formulada e realizada. Propõe-se governar em estreita articulação com a sociedade resultando no empoderamento desta, num ambiente que vise enfrentar as profundas desigualdades que as cidades encontram-se submetidas. Ao mesmo tempo serão desenvolvidas ações efetivas que transformem a perda de esperança, de perspectiva de futuro em meio a um conflito entre os que têm tudo e os que não têm nada. Evitando o confronto em um ambiente de insegurança no qual a cidade perde o sentido da convivência, da sociabilidade e do exercício de direitos.

Propomos descentralizar o processo político de tomada de decisão na cidade, que combine a participação desde o local de moradia e por grupo social. Isso significa governar por meio de planejamento democrático e participativo para a tomada de decisão, para gestão e uso do território municipal, com discussão de opiniões e propostas das comunidades, moradores e organizações dentro de cada bairro e ilhas.

### 2.2.1. GOVERNAR JUNTOS PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS

O processo de descentralização terá como ponto de partida, a implantação de **SUB-PREFEITURAS** em cada Distrito Administrativo. Isso para que a Prefeitura esteja mais perto do cidadão. Faremos a prestação de serviços de assessoria técnica à comunidade na construção e reforma de habitações; assistência social, educação, saúde e informações sobre preservação do patrimônio, pequenos serviços de manutenção de ruas, da rede elétrica, coleta de entulho, manutenção de parques, praças, canteiros e áreas verdes, dentre outras ações que serão discutidas e decididas juntamente com a população. Propiciará a disponibilidade de informações mais rápidas e próximas aos moradores, por meio de estrutura político-administrativa dotada de condições de atendimento das demandas cotidianas.

Como estratégia do processo de planejamento descentralizado propomos elaborar os **PLANOS DE BAIRRO** em diálogo e construção coletiva do futuro para uma cidade justa, democrática e participativa. Esse processo deve incluir os moradores dos bairros, e aqueles que possuem outras formas de organização como categoria específica, adotando o bairro como planejamento democrático articulado ao Distrito Administrativo, através de fóruns de planejamento, que resultarão na elaboração do PLANO DA CIDADE.

O Planejamento descentralizado por meio dos Planos de Bairro será articulado ao processo participativo de **REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BELÉM**, transformando-o em um instrumento efetivo de orientação sobre o crescimento e a gestão da cidade, que de fato possibilite a produção de uma cidade mais justa, inclusiva e democrática, para que possamos **VIVER DE OUTRA MANEIRA A CIDADE**.

Como recurso para a elaboração dos planos serão adotadas bases cartográficas da cidade, que proporcionarão a democratização do acesso às informações e possibilitam um processo de apropriação da cidade por seus moradores, de forma a projetar ações espacializadas e representações pelos moradores que possibilitarão controle e acompanhamento efetivos. A base cadastral de Belém, atualizada em 1998 por meio do Cadastro Multifinalitário, traz um enorme potencial de planejamento e gestão que pode ser utilizado de forma regular e cotidiana. Ao encontro desse recurso técnico serão adotadas práticas de autoconstrução de cartografias pelos moradores e grupos sociais, a partir dos bairros;

Promover a DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA municipal, com a implantação de SUB-PREFEITURAS de modo a aproximar a gestão dos moradores e facilitar a identificação de problemas e seus encaminhamentos. É a PREFEITURA MAIS PRÓXIMA DO POVO;

Desenvolver de forma participativa a REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BELÉM como sínteses do processo de planejamento e tomada de decisão para ações em toda a cidade, com especial atenção para as ilhas de Belém;

Desenvolver os PLANOS DE BAIRRO, como instrumento de aprofundamento e detalhamento do processo de planejamento e gestão participativa;

A Nossa Belém pode viver de outra maneira os Espaços Públicos, as manifestações Culturais do Povo de uma Cidade com 400 Anos de História e Tradições; e Um Futuro Desafiador, criando e revitalizando os espaços públicos de Lazer e Cultura em toda a cidade. Teremos, assim, A NOVA BELEM COMO A CASA DO SEU POVO.

## 2.2.PARA UMA BELÉM HUMANA E SAUDÁVEL

### 2.2.1.SAÚDE COMO DIREITO À VIDA

Para uma **Belém Saudável** é necessário responder de forma integral às necessidades da população, por meio de um **projeto estruturante de qualidade de vida e saúde** que proporcione acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A Rede de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), serão os elementos organizadores das redes de serviços especializados e da rede de alta tecnologia que proporciona o acesso aos serviços mais qualificados do SUS.

Ancorados na estratégia de regionalização da Saúde pretende-se fortalecer os vínculos entre município, estado e governo federal, com definição clara das responsabilidades, garantindo transparência e resultados efetivos. No âmbito municipal, a regionalização deve promover maior equidade na distribuição dos serviços entre os distritos.

Saúde em Casa, Atendimento de Urgência 24h em todos os distritos, Mais Leitos, Médicos e Consultas é a proposta para uma Belém Saudável, com qualidade de vida e acesso universal e equânime ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O PROGRAMA SAÚDE EM CASA ampliará a cobertura do Programa da Saúde da Família, com um novo padrão de acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e também garantirá o cuidado domiciliar permanente a quem necessita receber atenção à saúde em sua própria casa.

A cobertura populacional da Atenção Básica e das equipes de Saúde da Família será o dobro da atual, garantindo equidade no atendimento em todos os Distrito, com as seguintes ações:

- Dobrar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF);
- Dobrar o número dos Núcleos de Apoio às Equipes de Saúde da Família (NASF);
- Dobrar o número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
- Universalizar o atendimento da população ribeirinha com novas equipes de Saúde da Família;
- Implantar Unidades Básicas de Saúde Fluvial (UBSF) equipadas para atender a população ribeirinha;
- Garantir Equipes de Atenção Domiciliar (EMAD) em todos os distritos;
- Triplicar a cobertura de atenção à saúde bucal (Serviço Odontológico);

Mais cuidados serão ofertados durante todo o ciclo de Vida das pessoas, com atenção à saúde do trabalhador, negras e negros, indígenas, LGBT, pessoas com deficiência e aos que se encontram em situação de moradia na rua através das ações.

Realizar atenção integral à saúde da pessoa idosa, com estímulo ao envelhecimento ativo e à implantação do Centro Dia Geriátrico de média complexidade;

Construir Hospital Materno Infantil para ampliar a disponibilidade de atendimento de média e alta complexidade;

Promover a atenção integral à saúde da mulher e da criança, ampliando as ações de prevenção e tratamento precoce do câncer de mama e do colo de útero;

Descentralizar a Casa Saúde da Mulher;

Fortalecer a Atenção Integral à Saúde do Homem, implantando essa política em todas as unidades de saúde;

Organizar a rede de atenção à Saúde Materna e Infantil, aumentando o percentual de parto normal em relação ao cesáreo em pelo menos 50%, reduzir o número de óbitos maternos em 30% e a mortalidade infantil para 14 por 1000 nascido vivos, em quatro anos;

Implantar em toda a rede ações de promoção, prevenção e atenção visando a saúde integral da população negra, LGBT, indígena, das pessoas com deficiência e dos moradores de rua;

Implementar a política de saúde mental. Aumentar a cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para 80% com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas. Implantar CAPS – Álcool e Drogas na Terra Firme e em Icoaraci. Implantação do CAPSI – Infância e Adolescência na Marambaia e no Guamá. Preservando a privacidade e integridade dos usuários;

Criar um Programa de Educação Permanente em Saúde para os profissionais da atenção básica, ministrado por educadores populares em saúde;

Implantar Consultório de Rua articulado com as políticas de educação, assistência e demais políticas;

Um novo padrão de acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde implica no aumento do número de UBSs, com prioridade para os distritos com maiores déficits de atendimento para garantir o acesso do cidadão e de sua família a serviços de saúde próximos a sua moradia.

Significa melhores condições de trabalho para os profissionais da Atenção Básica, melhor infraestrutura, ampliação física, contratação de novos profissionais, atendimento humanizado, aumento do número de consultas, atenção às urgências, oferta de vacinas e medicamentos em toda a rede e educação permanente em todas as unidades de saúde do Município.

Com a ampliação da rede de atenção e cuidados e esse novo padrão de acolhimento, a Atenção Básica se tornará, de fato, a porta de entrada do SUS, apta a prestar atenção integral, resolutive, equânime e multiprofissional à população de Belém. Assim como, se tornará o elemento organizador das redes de serviços especializados e da rede de alta complexidade que reúne os serviços que possuem maior tecnologia de saúde (hospitais, centros de diagnóstico).

Com essa estratégia, aliada à disponibilidade de atenção às urgências 24h em todos os Distritos e ao aumento do número de consultas e leitos de média e alta complexidade, se poderá enfrentar o desafio de inverter o modelo de atenção à saúde

que hoje serve à doença e não à promoção de uma vida saudável, que é o anseio da população de Belém.

A ampliação do SAMU com cinco novas ambulâncias de suporte básico e avançado, a construção de três novas UPAS, com equipamentos, leitos de observação e atendimento de, pelo menos, 350 pacientes/dia, e os serviços de urgência em todos os distritos, permitirá a atenção 24h aos cidadãos de Belém.

Para ampliar o número de consultas serão construídos os Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES), com ênfase nas necessidades identificadas na atenção básica, para a realização de consultas e exames especializados em cardiologia, pneumologia, ortopedia e endocrinologia, em especial para os distritos de Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro.

Fortalecer a política de assistência farmacêutica com o aumento do número de farmácias na rede municipal, a garantia de farmacêuticos nas unidades de saúde e o abastecimento dos estabelecimentos tendo como referência os medicamentos constantes de uma Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) com base no padrão nacional, estadual e no perfil de saúde de Belém. Incentivar o uso de fitoterápicos na Rede e os Arranjos Produtivos Locais (APLs) para o cultivo de plantas medicinais;

Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde, prevenindo ocorrências como a dengue, o Zika vírus e outras endemias por meio do reforço à integração entre as vigilância ambiental, epidemiológica e sanitária;

Garantir a cobertura vacinal das doenças imunopreveníveis. A cobertura vacinal protege os imunizados e reduz a incidência da doença entre indivíduos. Observa-se que em comunidades onde a vacinação alcança cobertura adequada o declínio da incidência da doença é bem maior do que a proporção de indivíduos imunizados;

As causas externas, acidentes e violências já são as maiores ocorrências nas internações em Belém, vitimando, na sua maioria, a população na faixa de 30 a 39 anos. Para compreender e enfrentar esse fenômeno é necessário ampliar o serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras em toda a rede de saúde.

Para o êxito desse projeto será fundamental um projeto de regionalização intramunicipal que contribua para construir equidade no atendimento à população dos distritos de Belém, com participação e controle dos usuários e seus familiares sobre os serviços de base territorial e que o Conselho Municipal de Saúde e as Conferências Municipais sejam atores relevantes na deliberação sobre a política municipal de saúde.

Embora não incluído na estrutura do SUS, é fundamental reconhecer o direito dos animais e propomos a construção de um Hospital Público Veterinário, que dentre as suas funções contemple um serviço de acolhimento de animais abandonados, em articulação com entidades da sociedade civil.

A saúde é um objetivo complexo e não alcançável apenas setorialmente, as redes de atenção à saúde devem ser integradas às demais redes de políticas públicas, de proteção e prevenção de agravos, às redes sociais e solidárias, gerando um fluxo de integralidade, empoderamento e mobilização social.

É necessário considerar que o atendimento prestado à população do interior pela rede de saúde de Belém é muito significativo, um quarto dos procedimentos de alta e média complexidade são realizados em Belém e 30% dos leitos cirúrgicos estão na capital. A solidariedade é um princípio do SUS. Ancorados no processo de regionalização da saúde buscaremos a partir das Comissões Intergestoras Regionais (CIRs) fortalecer os vínculos entre municípios da grande Belém, estado e governo federal, com definição clara das responsabilidades quanto ao financiamento e a gestão dos recursos, garantindo transparência e resultados efetivos.

### **2.2.2.SANEAMENTO COMO DIREITO SOCIAL PARA UMA BELÉM SAUDÁVEL**

O Saneamento envolve vários aspectos e serviços distintos, e Belém apresenta um contexto desfavorável de baixa cobertura e qualidade dos serviços de saneamento (abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem e coleta e tratamento de resíduos sólidos).

Ações necessárias para melhoria nas condições de saneamento em Belém:

**Reestruturar o Abastecimento de Água em Belém.** É fundamental estabelecer um novo paradigma de abastecimento de água para Belém, com foco na descentralização, com o uso de sistemas de poços profundos e/ou captação superficial descentralizada adequada a cada distrito e às ilhas;

Implantar Estações de Tratamento de Esgoto - ETE em cada distrito e iniciar o projeto de separação de toda rede de esgoto da rede de drenagem pluvial;

Estabelecer obrigatoriedade de implantação de ETEs em condomínios verticais e/ou horizontais a partir de 100 unidades habitacionais;

Implantar a política nacional de resíduos sólidos garantindo a participação das cooperativas em todo o processo de coleta e reciclagem dos resíduos. É também necessária e urgente a implantação de um plano emergencial de recuperação voltado para coleta de resíduos na cidade;

Plano de aproveitamento de entulhos urbanos, tanto de origem domiciliar incluindo as ilhas mais urbanizadas e resíduos de origem nas construções de novas edificações.

### **2.2.3.RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS RIOS URBANOS**

Considerando as características do seu território, como cidade ribeirinha e amazônica, Belém tem um grande desafio para a gestão de suas bacias hidrográficas e dos rios urbanos que as compõem, tanto na perspectiva do saneamento, quanto das condições ambientais da cidade. Historicamente, os rios urbanos de Belém têm sido utilizados para viabilizar diferentes atividades econômicas em sua orla, de acesso e conexão com suas ilhas e as cidades próximas, mas também como receptores de esgoto não tratado.

RECUPERAR E TRATAR OS NOSSOS RIOS URBANOS, mantendo sua função de drenagem natural, em vez de transformados em canais receptores de esgoto. É preciso manter a estrutura natural dos rios que ainda possuem seu leito natural e que permitem a navegabilidade de pequeno porte, integrando-os à mobilidade na cidade,



inclusive para atividades esportivas e de lazer em suas margens, e permitir o desenvolvimento de atividades econômicas.

É preciso corrigir os graves problemas existentes nos projetos de macrodrenagem, como alagamentos, transbordamento do esgoto, falta de tratamento de esgoto e de manutenção dos canais e ruas, e pensar uma nova forma de intervir de modo articulado com as alternativas de saneamento e urbanização;

Os projetos de macrodrenagem das bacias hidrográficas precisam ser repensados e implementados sob novos paradigmas, que incluem:

Rever as estratégias de implementação da macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e da Bacia do Tucunduba e do Una;

Implementar a macrodrenagem da Bacia do Mata Fome e do Paracuri de forma sustentável, de modo a promover a recuperação dos rios e manter a navegabilidade, recuperando as áreas de preservação permanente ao longo dos rios;

Implantar Novas Orlas acessíveis para Belém, como a do rio Maguari e Ariri;

### **3.4.MEIO AMBIENTE INTEGRADO**

Política de meio ambiente integrada a todos os eixos de desenvolvimento da cidade orientada por uma nova forma de pensar o crescimento de Belém e sua evolução, assumindo o meio ambiente como política transversal para tudo o que for implantado. É preciso incluir a sociedade no processo de valorização do meio ambiente como ativo econômico, conectando-a ao meio em que vive.

Plano Municipal de Desenvolvimento Ambiental Integrado entre todas as políticas, especialmente as áreas verdes tanto da porção insular como da porção continental de Belém;

Implantar Energia solar em prédios públicos, a começar pelas escolas. Utilizar a energia solar nas ilhas e priorizá-la nas áreas onde não há iluminação pública;

Produção de mudas de espécies arbóreas, o que pode de imediato garantir um mínimo de 100.000 mudas por ano, inclusive por meio de convênios com organizações da sociedade civil;

Revitalizar as praças de Belém, reconstruindo aquelas que se encontram abandonadas a exemplo, da Praça Waldemar Henrique e Princesa Isabel, e criar novos espaços de convívio social, quer sejam praças, pequenos parques, parques lineares ou outras formas de áreas verdes distribuídas por toda a cidade, com ênfase nos bairros que hoje não possuem tais equipamentos;

Consolidar as Unidades de conservação atualmente existentes com programas e projetos de melhoria e criar novas unidades de conservação que são de fato ativos ambientais e podem ser fonte de recursos para melhoria da qualidade de vida das suas áreas de entorno;

Acesso no interior das ilhas, com estrutura e fazendo uso dos recursos naturais existentes nas próprias ilhas, com vias naturais e trilhas, com microsistemas de abastecimento de água, captação de água da chuva, iluminação por energia solar e transporte adequado, sob controle das comunidades;

Recuperação das áreas degradadas nas ilhas, bem como fomento de turismo ecológico, educacional e científico e ainda agricultura familiar voltada para bens locais que tenham potencial diferenciado no mercado;

Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado e Plano de Arborização;

Incentivar a compostagem de resíduos sólidos orgânicos como alternativa ao uso de fertilizantes químicos;

Centro de Reciclagem de resíduos.

## **2.3.BELÉM SEGURA, PROTETORA E DA PAZ**

### **2.3.1.SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL**

O Município assumirá um papel protagonista na segurança pública da cidade. A política municipal será desenvolvida de maneira a contribuir para a realização de ações articulada das forças de segurança no território municipal, e no desenvolvimento de uma ampla agenda de políticas sociais, que atue na prevenção à violência, à criminalidade e na atenção às pessoas vitimadas.

Para dar efetividade a essa política, o governo municipal deverá enfrentar os desafios de uma cidade onde a violência decorre de uma grande variedade de causas que colocam Belém entre as três cidades mais violentas do Pará e entre as dez capitais mais violentas do Brasil. Destacam-se nesse cenário de vulnerabilidades cumulativas os indicadores de homicídios entre adolescentes (16 a 17 anos) que alcançou, em 2013, a taxa de 105,2 mortes por 100 mil habitantes, uma verdadeira tragédia social.

A construção de uma Belém Segura demanda estabelecer cooperação entre o Município, o Estado, o Governo Federal para atuação de maneira integrada e eficaz. Para que esse processo alcance resultados será fundamental que a melhoria da segurança da comunidade seja alcançada por meio das seguintes ações estruturantes:

Criar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, como órgão específico de segurança pública de Belém destinado à prevenção e proteção, visando apoiar, fortalecer, integrar e tornar mais eficientes as ações das diferentes forças de segurança que atuam na cidade, em conjunto com a sociedade civil.

Criar o Fundo Municipal de Segurança Pública para financiar a política municipal de segurança pública;

Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Pública e os respectivos conselhos distritais com o objetivo de formular políticas específicas em cada território, com participação da comunidade;

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) será reestruturado para realizar a articulação entre os representantes da sociedade civil, as forças de segurança que atuam na cidade, o Judiciário, o Ministério Público e o Sistema Prisional. Esse Gabinete deverá discutir, planejar e propor ações integradas, além de monitorar as estratégias e intervenções definidas nesse órgão colegiado;

Fortalecer e estruturar o Programa “ANJOS DA GUARDA”, que funcionará de forma colegiada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atuação em todos os bairros de Belém para acolhimento e o atendimento de demandas famílias e

busca de soluções construídas de comum acordo com as partes envolvidas em situação de conflito. Para a plena realização desses objetivos os CRAS contarão com o apoio dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos Municipais de Saúde e Educação e com o trabalho de profissionais, como assistentes sociais, guardas municipais e psicólogos, todos capacitados em técnicas de mediação de conflitos;

Fortalecer a Guarda Municipal. São inúmeras as experiências bem sucedidas no país por meio de ações locais de guardas municipais atuando para fortalecer a cidadania, a participação da comunidade e a promoção e proteção dos direitos humanos;

Descentralizar a Guarda Municipal para os Distritos;

A lei 13.022/14 não deixa dúvidas sobre o papel das guardas municipais como órgãos integrantes da segurança pública brasileira. As guardas são fundamentais, pois conhecem as especificidades do território municipal, suas zonas críticas e as características locais. Esse novo estatuto facilitará a integração das ações de segurança municipal conduzidas por outras instituições.

Consideramos que a natureza e a abrangência do fenômeno da violência relacionam-no a diversas outras políticas como as de infraestrutura urbana, educação, de trabalho e renda, de direitos humanos, de enfrentamento da desigualdade social, de assistência social, de política agrária, dentre outras, e para tanto propomos ainda as seguintes ações:

A iluminação pública de ruas, parques e praças, o monitoramento da arborização com podas e conservação adequadas, isolamento de terrenos baldios, o traçado de ruas e quadras com foco na segurança e a melhoria do transporte público e do acesso viário, são ações que devem contribuir com a segurança pública e cidadã;

As redes de proteção de direitos das Crianças e Adolescentes, Idosos, Juventude, Mulheres, LGBT, população de rua, Igualdade Racial, entre outras, serão organizadas e fortalecidas com vistas à prevenção e ao acolhimento em situação de risco e em prol da redução de danos;

Essas políticas são fundamentais para as ações que pretendem prevenir situação de violência antes que ela ocorra;

A agenda da segurança pública em Belém será intersetorial e transversal no tratamento dos problemas com vistas a construir uma cultura da paz, da valorização e do respeito aos direitos sociais e humanos.

### **2.3.2. EDUCAÇÃO INTEGRAL: assegurando futuro a crianças e jovens**

A Educação será assumida como um direito de todos que moram na cidade de Belém. Nosso guia será cumprir o Plano Nacional de Educação e oferecer uma escola de qualidade, participativa e que tenha nos alunos, nos pais e nos trabalhadores da educação os seus principais construtores.

A Escola como o lugar da pluralidade de ideias em que todos e todas serão acolhidos/as com alegria e respeito. Um lugar de liberdade e humanização das relações em que não existam preconceito e opressão de qualquer ordem ou sentido e

as práticas pedagógicas têm como eixo o protagonismo de alunos, comunidade e trabalhadores da educação.

Nossa escola será integral, o que quer dizer não somente ter nossas crianças mais tempo no espaço escolar, mas também adotando metodologias inovadoras, assegurando alimentação saudável, esporte, arte e lazer; cursos livres e expressões artísticas e culturais, como música, teatro, dança, literatura, esportes aquáticos, educação ambiental e digital, para que as tecnologias da informação sejam utilizadas como ferramentas educativas, incorporando também a estratégia da Fundação Escola Bosque.

A nossa proposta de ação na educação envolve a preservação da natureza, que combina Educação, Ecologia e Economia, como arquitetura da escola que atende à ampla acessibilidade, e permite práticas avançadas de economia, fazendo uso de energia solar, alimentação orgânica produzida em práticas solidárias, criativas e comunitárias; reciclagem do lixo e aproveitamento e consumo da água.

A ESCOLA será um **lugar atraente, agradável** e de formação, que afastará as crianças e jovens das ameaças que os colocam em situações de vulnerabilidade e sujeitas a perder sua infância e juventude decorrente da ausência de rede de proteção que envolva a família, a escola e a comunidade. Para isso, propomos:

Nenhuma criança fora da escola de quatro a 14 anos, ou seja, desde a pré-escola até o final do ensino fundamental;

Trabalhar incansavelmente para cumprir a meta do PNE, criando as condições para que em 2024 pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos esteja sendo dignamente atendida;

Escolas abertas à comunidade, com segurança e como lugares de liberdade, humanização e troca de saberes, em que escola também assuma o lugar de formação para uma comunicação não violenta e educação para a paz;

Escola comprometida com a Preservação da natureza e com ambiente que atende a ampla acessibilidade;

Uma escola de tempo integral, com qualidade e que garanta a ampliação do acesso aos bens culturais;

Uma cidade sem analfabetos e que reduza de forma significativa o número de analfabetos funcionais;

Implantar Cursinhos Preparatórios para proporcionar melhores condições de acesso ao ensino superior e técnico;

Uma Escola radicalmente democrática, onde as decisões estarão partilhadas pelos que fazem a comunidade escolar;

Uma escola com recursos descentralizados e garantia de um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas;

Desenvolver um amplo programa de valorização dos trabalhadores da educação através da Formação Continuada com estímulos a estudos pós-graduados; condições de trabalho e discussão permanente sobre a carreira.

### **2.3.3.ESPORTE E LAZER: gestão participativa, democratização do acesso e respeito à diversidade**

A criação da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL não permitiu o fortalecimento institucional e não repercutiu na estrutura esportiva e de lazer na cidade. Do ponto de vista da participação do município nas discussões e formulação de políticas com as demais esferas de poder, Belém não tem se destacado no tocante à democratização do acesso e à melhoria de espaços e infraestrutura esportiva e de lazer.

Propõe-se uma política de Esporte e Lazer como direito social apoiada na intersectorialidade, transversalidade, na qualificação da gestão pública esportiva e de lazer, participação social e desenvolvimento científico e tecnológico no esporte e no lazer, e Esporte e Lazer como conteúdo da Política de Educação Integral, a partir dos seguintes eixos:

Institucionalização referindo-se a: servidores, fortalecimento da SEJEL com papel de articulação e implementação de Políticas, sistema de informação, monitoramento e acompanhamento do Esporte e Lazer, Diagnóstico do Esporte e do lazer Municipal;

Infraestrutura a partir de: parcerias, ampliação dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer, captação de recursos para infraestrutura e serviços;

Recursos Humanos e Formação através de: parcerias com Universidades através de um Programa de Formação Permanente de gestores, profissionais e agentes de Esporte e Lazer;

Financiamento por meio de: ampliação e diversificação de fonte e captação, Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense; fomento e orientação para pleitos junto a Lei de Incentivo ao Esporte - Nacional.

#### **Esporte e Lazer e institucionalização**

Fortalecer a SEJEL;

Estruturar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer e o Plano Decenal do Esporte e Lazer para encaminhar projeto de lei para Câmara Municipal;

Fortalecer o Conselho Municipal do Esporte;

Promover a modernização e a democratização da gestão esportiva e de lazer no município;

Fortalecer a Lei Tó Teixeira e Guilherme Paraense;

Ampliar o orçamento e diversificar fontes de financiamento do Esporte e Lazer;

Criar os conselhos de bairro de formação e gestão esportiva e de lazer;

Ampliar e modernizar a infraestrutura de esporte e lazer;

Inserir de forma permanente os espaços públicos, como praças, ruas, parques, praias e rios urbanos nas estratégias de difusão e popularização das práticas esportivas e de lazer;

Apoiar os Jogos dos Servidores Municipais como atividade regular.

### **Esporte, Lazer e Educação e Cultura**

Implantar Centros Esportivos e Culturais com garantia de acessibilidade a pessoas com deficiência, e para todos os segmentos sociais, bem como assegurar estrutura para formação de atletas e práticas esportivas e lazer, com gestão compartilhada com a comunidade;

Escolas das Águas como estratégia de desenvolvimento de lazer e esportes aquáticos;

Desenvolver ações de parceria com a secretaria de educação para que as práticas corporais, esportivas e de lazer sejam inseridas no currículo ampliado da educação integral das escolas municipais.

Potencializar e valorizar as práticas esportivas e de lazer de grupos étnicos, raciais, de gênero e outros critérios próprios a grupos específicos.

### **Esporte, Lazer e Saúde**

Implantar os Programas Saúde, Lazer e Cidadania; novas Academias Comunitárias ou ar Livre; Programa de Atenção Básica com profissionais de Educação Física;

### **Esporte, Lazer e Participação Social**

Realizar Fóruns e Conferências Municipais de Esporte e Lazer;  
Elaborar o Plano Municipal do Esporte e do Lazer com participação popular e em diálogo com o Plano Nacional;  
Elaborar Planos de Bairro de Esporte e Lazer.

### **Políticas Ambientais e de Turismo**

Realizar Jornadas de Verão de Esporte e Lazer nas praias; ruas, ilhas e rios urbanos;  
Fortalecer as práticas corporais e esportivas de aventura, incentivando o turismo de aventura;  
Apoiar a realização de eventos esportivos nacionais e internacionais.

### **Esporte de Rendimento (Ações Complementares)**

Desenvolver um Programa de Apoio ao Atleta com ações esportivas e paraesportivas de alto rendimento em diversas modalidades, com apoio

financeiro e de ações de saúde e educação, juntamente com federações, associações esportivas e demais entidades vinculadas ao esporte;  
Apoiar e estimular a participação de seleções Municipais em competições Nacionais e internacionais

#### **2.3.4.ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A Assistência Social se expressa enquanto política de direito como um dos pilares da Proteção Social brasileira. A expansão da assistência social, como política pública, impõe a necessidade da consolidação do Estado democrático dos direitos; a universalização da seguridade social e das demais políticas públicas com participação e controle popular. É fundamental que esta seja integrada e articulada às demais políticas sociais, de forma que seja assegurado um amplo sistema de proteção social.

A dimensão intersetorial prevê a assistência social básica e especial de maneira articulada ao conjunto das proteções previstas pela seguridade social ampliada, ou seja, com as políticas de educação, habitação, saneamento, cultura, saúde, emprego e renda, transporte, entre outras.

As ações de assistência social não se limitarão a uma concepção de “gestão da pobreza”, e nem tão pouco se restringirá a um “plantão de emergências”, e muito menos a uma atuação meramente cartorial de registros e controle das famílias no que tange aos programas de transferência de renda.

A busca é para que não haja nenhuma pessoa em situação de rua e de trabalho indevido e degradante, sejam crianças, jovens ou adultos.

Apoiaremos a política de assistência em três eixos:

#### **Gestão Pública e Vigilância Sócio Assistencial em Belém**

A Vigilância Socioassistencial é uma das funções da Assistência Social e importante ferramenta de gestão do SUAS, para o planejamento e desenvolvimento da política de assistência. Situa-se na gestão, subsidiando a Proteção Social hierarquizada – Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Defesa dos Direitos Socioassistenciais.

Será realizada a gestão da informação, efetivando-se o caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para redução de agravos.

Atendimento apoiado na INTEGRALIDADE como um direito por meio da articulação com as demais políticas públicas;

Estimular a participação de usuários e trabalhadores nos conselhos, conferências e fóruns municipais, estaduais e nacionais do SUAS, por meio das entidades de representação de trabalhadores e de usuários;

Fomentar a participação dos (as) usuários (as) e trabalhadores (as) no processo de elaboração e avaliação do plano municipal de Assistência Social;

Reavaliar indicadores, propostas e metas de cobertura de serviços existentes no município conforme o pacto de aprimoramento SUAS 2014;

Fortalecer a descentralização do CAD Único estimulando a identificação de famílias envolvidas em atividades de rua, principalmente as que envolvem o trabalho infantil;

Elaborar o Plano Municipal de Sócio Educação, como vistas a definir parâmetro de acompanhamento e atendimento na relação com as demais esferas de governo;

### **A Proteção Social Básica nos Bairros de Belém:**

A política de proteção social básica visa fortalecer o caráter preventivo e protetivo, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo os vínculos familiares e as relações de vizinhança nos bairros e ilhas de Belém. Para garantir essa política a prefeitura municipal deverá:

Estruturar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e sua ampliação para todos os distritos administrativos, assegurando CRAS nas ilhas.

O CRAS se constituirá em referência política para a proteção social de famílias que residem nos bairros de Belém e que necessitam de apoio socioeconômico. O CRAS atuará com ações de acolhimento social, orientação, inserção na rede de básica de serviços sociais, culturais, educacionais, de saúde e trabalho. Os CRAS reunirão em um mesmo lugar famílias com crianças, adolescentes, idosos e jovens. O CRAS será a referência socioassistencial para a população que mora no bairro, mas será também o lugar da mobilização e da organização dos moradores dos bairros de Belém, possibilitando a participação popular como estratégia de fortalecimento das políticas públicas no lugar da moradia.

Atividades culturais, esportivas, lazer, participação, aglutinando e integrando jovens, adolescentes, idosos, fortalecendo a convivência familiar e as relações de moradia e vizinhança nos bairros de Belém, através de projetos e programas elaborados a partir dos processos sociais e culturais existentes nos bairros.

CRAS DE TEMPO INTEGRAL – CRAS integrado à educação, programas de arte, cultura, esporte e lazer executados pelas escolas no território dos CRAS.

### **Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade**

Compreende serviços de apoio, orientação e acompanhamento às famílias em situação de ameaças ou violação de direitos. São famílias que enfrentam em seu cotidiano situações de abandono, envolvimento com a drogadição, adolescentes envolvidos com ato infracional, abuso ou exploração sexual, violência doméstica, tráfico de pessoas, situação de ruas, trabalho infantil, discriminação racial e sexual. Estes dois níveis de assistência são operacionalizados em estreita relação e interdependência.

A média complexidade se realiza através dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Neste nível de serviço propomos:

Ampliar os CREAS nos Distritos Administrativos, com ações de: acolhimento, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais, orientação sociofamiliar, atendimento psicossocial, orientação jurídico-social; apoio à família na sua função protetiva, assegurar o convívio familiar e fortalecimento das relações de



vizinhança, desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social; garantir a integração dos CREAS com os CAPS e CAPSAD;

Apoiar iniciativas de acompanhamento aos jovens que tenham cumprido medidas sócio-educativas;

Fortalecer e estruturar os CREAS, dotando-os de equipe técnica e demais condições para acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativa;

Implementar e dotar de estrutura e pleno funcionamento o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (**CENTRO-DIA**) onde as famílias terão assistência social com acolhida, orientação em relação aos cuidados de fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, serviço social etc. investindo na autonomia física e individual, em suas potencialidades para desenvolver suas habilidades na vida cotidiana;

Dotar de estrutura e adequar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve acontecer em **Centros POP**, desenvolvendo ações de:

Adequação dos Equipamentos Públicos e Estruturação dos Serviços;

Moradia Temporária à População em Situação de Rua, como alternativa de habitação, que inclua:

Albergue Temporário para usuários atendidos nos Centros POP's, a fim de que lhes seja garantido o pernoite em espaço seguro;

República Temporária: para adultos em processo de saída das ruas, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de *autonomia, conforme dispõe a tipificação dos serviços socioassistenciais* do SUAS;

Criar Programa de Inclusão Sócio - Produtiva através de linhas de crédito e formação e qualificação profissional, com o objetivo de garantir autonomia necessária, tornando-o protagonista de sua vida;

Fomentar e Incentivar a Organização da População em Situação de Rua em Belém através das entidades de discussão coletiva de luta e garantia dos direitos seus direitos;

Incentivar Ações das Entidades Parceiras que trabalham com o processo de discussão dos direitos à cidadania da população em situação de rua, através de ações de arte, cultura, esporte e lazer.

A Alta Complexidade visa garantir atenção às pessoas que se encontram em situação de abandono econômico e social pelo Estado e pela sociedade e engloba a retaguarda para adultos e famílias em situação de rua, desabrigo, migração, ausência de residência e sem condições materiais de auto sustento e para tanto, propomos o seguinte:

Criar condições de funcionamento dos abrigos para crianças e adolescentes de zero a 17 anos visando propiciar um processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente, garantindo vestuário, alimentação adequada, assistência médica,

odontológica, educacional, oportunizar a participação em eventos e atividades culturais, de esporte e lazer;

Criar alternativas de acolhimento que incentive a desinstitucionalização e a convivência familiar através dos serviços de Casa Lar e Família acolhedora;

Estruturar o Albergue de mulheres vítimas de violência doméstica e os Espaços de acolhimento Casa Abrigo para Moradores Adultos de Rua (CAMAR I e II) para assegurar aos indivíduos e famílias a segurança de acolhida, de convívio ou vivência familiar, desenvolvimento de autonomia individual e social.

## **2.4.BELÉM CONECTADA: integração territorial e mobilidade**

Belém como um centro de serviços deve estar internamente conectada, com boa acessibilidade a todos os lugares de seu território, tanto em sua porção continental, quanto em sua porção insular e conectada aos demais núcleos das cidades componentes da RMB e das demais cidades do seu entorno. Para tanto, o grande investimento e prioridade do plano de expansão, em termos macro, deve estar focado na qualificação das condições de mobilidade e acessibilidade no território. Melhorar a estrutura da malha urbana, que envolve ordenamento territorial, política de transporte e trânsito.

### **2.4.1.EIXOS DE CIRCULAÇÃO ALTERNATIVOS PARA ACESSO À REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

A ocupação do território na área de expansão do Município de Belém revela, historicamente, processos espontâneos de ocupação do solo, com a instalação de assentamentos e loteamentos habitacionais inicialmente isolados com pouca relação com os bairros em seus entornos. Neste contexto configurou-se uma malha viária descontínua, marcada pela presença de poucos eixos de circulação estruturantes capazes de responder às necessidades de deslocamento da população, tanto no que diz respeito a ligações de longo alcance (intraurbano e metropolitano) quanto àquelas relacionadas a conexões interbairros. Propõe-se assim, a expansão e ordenamento da malha viária da cidade e de sua melhor integração com os municípios da RMB.

Criar eixos de circulação alternativos à Av. Augusto Montenegro, que ainda consiste na única via estrutural de transporte coletivo, que conecta o setor Norte da área continental de Belém com a centralidade principal de comércio e serviços (centro de Belém), por meio da construção de conexões norte-sul importantes previstas no Plano Diretor Municipal, como a extensão da Rua da Marinha desde a Av. Julio Cesar até a BR 316, criação de vias transversais à Av. Augusto Montenegro, atravessando o Bairro do Tenoné ao Satélite, integrando assim os centros de Icoaraci e Ananindeua, por meio de construção de pontes sobre o Rio Maguari e Ariri; e ainda o prolongamento da Rua Yamada desde a Rodovia do Tapanã até a Rua 8 de Maio em Icoaraci.

#### 2.4.2.PARQUES, ACESSOS E CIRCULAÇÃO

Criar PARQUES LINEARES e estruturar vias ao longo das orlas dos rios urbanos, como forma de preservar e recuperar as matas ciliares e proporcionar espaços de lazer, de circulação, de contemplação e de atividades econômicas;

Qualificar os acessos e a circulação de pedestres e ciclistas, proporcionando conforto e segurança para os deslocamentos de bairro por meio da regularização e arborização de calçadas, definição de vias locais com tráfego compartilhado com privilégio para o pedestre, instalação de espaços de repouso nas laterais de vias locais (parklets), especialmente naquelas com predominância de uso comercial;

Organização e padronização dos espaços de comércio informal, a saber, as feiras livres e locais de comércio ambulante, de forma que estes se harmonizem com a passagem de pedestres;

Regulamentar as ZEIA das ilhas, de modo a integrar as atividades econômicas de extrativismo à preservação ambiental;

Estabelecer uma política de acessibilidade na cidade, com construção e melhoramento de calçadas, como compensação ambiental de grandes empreendimentos (adaptação à NBR 9050, arborização, implantação de mobiliário urbano, iluminação pública e outros).

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – Reestruturação das calçadas, ruas e equipamentos públicos para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiência e os trajetos a pé;

Estabelecer uma política de acessibilidade na cidade, com construção e melhoramento de calçadas, como compensação ambiental de grandes empreendimentos (adaptação à NBR 9050, arborização, implantação de mobiliário urbano, iluminação pública e outros).

#### 2.4.3.REDE CICLOVIÁRIA INTEGRADA EM TODA A CIDADE

Não há integração de todas as estruturas cicloviárias existentes, o que não a configura como uma rede cicloviária. Há intensa circulação de bicicletas nos bairros, o que por sua vez não possuem estruturas que proporcionem ao ciclista pedalar mais tranquilo e seguro. Diante disso propomos fazer de imediato a manutenção dos cerca de 70 quilômetros de ciclovias abandonadas e construir com ampla participação a sua integração aos demais modais.

Interligar a rede existente e criar novos trajetos em todo o território municipal nos bairro às ruas estruturais de circulação, tanto na cidade como interno à cada bairro, com construção de Paraciclos (estacionamento aberto) e Bicicletários (estacionamento fechado), integrados aos espaços urbanos e às centralidades nos bairros e distritos.

Proporcionar o deslocamento a baixo custo de moradores da cidade e de moradores das ilhas que se deslocam a Belém de barco, que podem trazer sua bicicleta para suas necessidades; Integrando a rede cicloviária ao BRT através da rede cicloviária de bairros.

Expandir a malha cicloviária para interligação dos bairros com os principais corredores cicloviários da cidade. Além da demanda ser alta, a implantação de novas estruturas que proporcionará um incentivo ao uso da bicicleta para deslocamentos de pequenos trajetos até 7 km, diminuindo o tráfego de veículos automotores nas cidades.

Implantar ciclorrotas na área central de Belém, restringindo a velocidade de veículos na área para 30 km/h e reduzindo a circulação de veículos automotores no centro histórico da cidade.

Implantar Paraciclos e Bicicletários: Para atender a demanda de estacionamento de bicicletas nos espaços públicos, como feiras, escolas, unidades de saúde, mercados, praças, orlas, locais de grande centralidade urbana, bem como no trajeto das rotas cicloviárias. Além dos espaços públicos estimularemos a implantação de paraciclos em estabelecimentos privados, como shopping, supermercados, livrarias, lanchonetes e outros.

#### 2.4.4.CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

O Centro Histórico de Belém é tombado em nível federal e municipal. Nesse perímetro urbano, além de possuir tombamento de grandes monumentos de forma isolada, protege também, os prédios menores e seu traçado urbano.

Conforme dados do IPHAN, em 1992, dos 4533 imóveis existentes no CH, 797 eram de interesse à preservação. Em 2007, desse mesmo total, somente 667 eram de interesse à preservação. Além disso, desse total 259 encontram-se fechados e/ou abandonados.

É de crucial importância o uso dessa área para moradia, não apenas por se constituir na área que detém o maior acervo do Patrimônio arquitetônico e urbano, como por ser um perímetro dotado de uma ampla e diversificada rede de infraestrutura da cidade, que será melhorada;

Será implementado um PROGRAMA HABITAR O CENTRO, que por um lado interfere no déficit habitacional que existe em Belém. E por outro, contribui para revitalização e valorização do centro histórico. Por existir tantos imóveis abandonados e sem uso proporcionar habitação para a classe trabalhadora impulsionará a dinâmica do bairro. Observando que serão criados mecanismos para não encarecer os imóveis e dar preferência às moradias de interesse social;

REORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE no centro histórico, que será implementada através de ações de transporte e trânsito diferenciadas;

Apoio às atividades comerciais e de serviços através da reorganização dos espaços e vias públicas, em discussão com todos os segmentos atuantes nesta área da cidade;

Os MONUMENTOS de maior interesse histórico e arquitetônico serão restaurados, assim como os espaços públicos; e será desenvolvido um programa de educação patrimonial que envolverá a população moradora ou não, nas decisões sobre os rumos dessa política pública;

VER-O-PESO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE, como projeto de valorização e preservação da cultura, da arte, da economia, da arquitetura, do capital humano e criativo, e de todas as dimensões que o envolvem e lhe confere vitalidade.

2.4.5. TRANSPORTE E TRÂNSITO: Para reestruturar o Sistema de Transporte e Trânsito em Belém

CONCLUSÃO DO BRT incluindo as vias locais de bairro com os terminais e eixos locais, como necessidade para alimentar o sistema troncal com linhas alimentadoras; implantando ainda novos corredores;

ÔNIBUS COM QUALIDADE E SEGURANÇA proporcionando conforto com climatização e SIT - Sistema Integrado de Tecnologia (informação sobre tempo de chegada, botão de pânico, acesso público a internet);

RENOVAR E IMPLANTAR NOVOS ABRIGOS;

ESTAÇÕES INTEGRADORAS Construção de estações integradoras em locais estratégicos e espalhados dentro dos distritos de Belém equipados ainda com serviços ao cidadão (postos dos correios, lotéricas, praças de alimentação) e comércio popular em Mosqueiro, Icoaraci, Cotijuba integrando o transporte fluvial ao BRT;

LINHAS DE ÔNIBUS INTERBAIRROS. Reestruturar as linhas internas aos bairros visando otimizar o itinerário das linhas alimentadoras, desafogar o tráfego, diminuir os trajetos ganhando em tempo de deslocamento, influenciando na qualidade do trânsito, fortalecendo e estimulando a dinâmica dos bairros.

TRANSPORTE FLUVIAL

Ampliar e intensificar o transporte fluvial para as ilhas, como meio de preservação cultural e ambiental, por meio de linhas regulares, com conforto e segurança para os passageiros, tanto linhas de transporte público, quanto linhas turísticas:

Investir na logística dos portos de cargas e passageiros, promovendo o ordenamento das atividades portuárias ao longo da orla continental, bem como exercendo o controle de bens e pessoas possibilitando dentre outros resultados, a desconcentração do abastecimento, melhoria da mobilidade e redefinição da relação com as ilhas. Mosqueiro, Outeiro, Icoaraci, Cotijuba, Combu interligadas às demais ilhas e à Cidade de Belém desde o Centro Histórico aos Portos. integrado ao BRT;

Implantar Pier de Embarque Turístico para Cotijuba e Icoaraci como empreendimento econômico e social;

MARINAS PÚBLICAS – estrutura de ancoradouros interligados aos portos, de acesso público, sob regulamentação municipal, que beneficie especialmente, aos ribeirinhos, pescadores e usuários do transporte fluvial para lazer, trabalho, e escola. Estas MARINAS PÚBLICAS serão utilizadas ainda por proprietários de embarcações, e estimula o uso dos rios que ainda têm potencial de navegabilidade como o Tucunduba, Paracuri, Pratiqara dentre outros, e impedem o avanço do desmatamento das matas ciliares a exemplo do Rio Maguari.

LABORATÓRIO DE MOBILIDADE URBANA, que agrega diferentes agentes que criam e propõem tecnologias como solução para facilitar a mobilidade das pessoas na cidade. Podem ser apropriados aplicativos, sensores, softwares, jogos educacionais e outros

REESTRUTURAR A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, recuperando a que já existe, ampliando para novas áreas de circulação, bem como universalizando os semáforos inteligentes para pessoas idosas e pessoas com deficiência;

INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA NO SISTEMA DE TRANSPORTE – Transporte rodoviário, fluvial e cicloviário com pagamento de uma única passagem, com integração temporal.

GERENCIAMENTO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO. Democratização da informação, adotando tecnologias modernas, sobre o funcionamento do trânsito e para a manutenção e fiscalização do sistema pela Prefeitura facilitando a mobilidade e a conservação viária da cidade.

ESPAÇO VIVENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, com enfoque à proteção de pedestres e ciclistas, cursos gratuitos e regulares sobre mobilidade urbana para formar multiplicadores;

Implementar um SISTEMA DE GERENCIAMENTO METROPOLITANO com pontos de interligação aos bairros através das Sub-Prefeituras e ao Sistema de Segurança Pública;

Instalar um debate aberto sobre a regulamentação do transporte de vans e similares na cidade de Belém associado à discussão sobre o transporte intra e interbairro.

A nossa meta é garantir o direito de ir e vir com segurança a todos, incluindo condições dignas aos que se deslocam sob diversas modalidades.

## **2.5.BELÉM DA INOVAÇÃO**

Criar uma Política Municipal de Inovação e Tecnologia, com financiamento e ações que visam desenvolver a tecnologia e a inovação;

Estimular a cultura da inovação em todas as práticas da administração pública;

Criar a Incubadora de Inovação e Tecnologia de Belém, para apoiar a criação, desenvolvimento e suporte às pequenas e médias iniciativas empresariais e comunitárias;

Criar o programa **INOVA BELÉM** de estímulo para iniciativas inovadoras e sustentáveis através de ações, como “**desafios da inovação**” em temas estratégicos e sensíveis da Cidade, a saber: Produção de Energia; Mobilidade Urbana; Resíduos Sólidos; Economia Solidária; Merenda Escolar Saudável;

Incentivar o uso de **Tecnologias Digitais**, estimulando Soluções Criativas em várias áreas de Intervenção da Prefeitura;

Implantar internet gratuita em espaços públicos;

Estimular o empreendedorismo digital, com crédito para desenvolvimento a empreendimentos inovadores;

Criar **Casas Digitais** - espaços com banda larga de alta velocidade para inovação digital e produção de conteúdo audiovisual;

Inaugurar o uso de Energia solar em prédios públicos, a começar pelas escolas municipais e estimular a readequação de edificações segundo os critérios de eficiência energética;

Desenvolver Política de aproveitamento das águas pluviais e outras estratégias de reuso da água para fins não potáveis.

## **2.6.CULTURA DESCENTRALIZADA E CRIATIVA**

A cultura vem do povo e uma política cultural traz necessariamente um sentido público, devendo expressar a herança de valores, o conhecimento transmitido, a ancestralidade e as expressões contemporâneas como a cultura de massas da cidade moderna, e os elementos da cultura amazônica.

A política municipal deve buscar a coesão na diversidade, direcionando o financiamento público tanto para as expressões tradicionais quanto para as contemporâneas; e, sobretudo, visando alcançar os bairros e as comunidades, que usualmente não participam da fruição dos bens culturais existentes na cidade, como também não encontram canal para expressar as manifestações locais de artistas, mestres e mestras, fazedores de cultura e moradores.

Construir Centros das Artes para descentralizar os centros culturais que hoje só estão nas áreas mais centrais da cidade, onde se desenvolvam as várias vertentes artísticas e de esportes, possibilitando múltiplos usos como atividades ofertadas para toda comunidade. Serão coordenados com gestão compartilhada e usos agendados pela própria comunidade e se constituem ainda em espaços para formação de agentes culturais;

Implementar a Lei Municipal “Valmir Bispo Santos” para ir ao encontro de uma visão e discussão mais ampla sobre a política cultural de grupos que se articularam com outros ativistas e fazedores de cultura que atualmente formam uma frente ampla denominada de Fórum Municipal de Cultura de Belém – FMC Belém. O que possibilitará a existência efetiva do Conselho, do Fundo e do Plano Municipal de Cultura;

Realizar a Bienal de Artes como processo e espaço de valorização das diferentes expressões culturais da cidade, devendo a curadoria e formato serem discutidos democraticamente pelo Conselho Municipal de Cultura.

Implantar Bibliotecas públicas nos bairros com gestão compartilhada e integrada ao sistema municipal de educação, oficializando e incentivando bibliotecas comunitárias.

Valorizar os espaços existentes (Mercado de São Brás, Palacete Pinho, Mestre Setenta, Memorial dos Povos, Aldeia Cabana de Cultura Amazônica, Memorial dos Índios, Orla de Icoaraci, Chalé Tavares Cardoso, Praças e Parques) para usos e vivência, através de projetos de revitalização, incentivo ao uso e ocupação permanente, e potencialização turístico-cultural;

Implantar a Oficina de produção cultural, para formação de agentes culturais comunitários e para viabilizar a transformação das idéias em projetos com vistas à captação de recursos;

Casa Publicadora, como estrutura pública de acesso gratuito por agendamento composta por estúdio de gravação musical profissional, equipamentos de reprodução de mídias físicas (CDs, DVDs, etc), impressão de livros e revistas, publicação *on line*, suporte técnico e operacional para orientar produção e pós-produção de projetos;

Projeto Circulação Conectada, como um conjunto de atividades nos bairros mapeados e divulgadas em plataformas digitais para propiciar informações e o surgimento de temporadas de espetáculos, exposição, cursos entre outros;

Implantar o primeiro Teatro Municipal de Belém;

Implantar a primeira Escola Municipal de Música e Banda Sinfônica Municipal;

Desenvolver programa de apoio às bandas de fanfarra implementadas por escolas;

Apoiar e estimular iniciativas de democratização da comunicação, como Rádios Comunitárias, Jornais de Bairro, blogs e vídeo-blogs;

Ações em lugares e mídias: ruas de lazer em praças, além de cartografias digitais acessíveis por aplicativos e websites e de eventos culturais para jovens, crianças e adultos, que favoreçam interação a partir das especificidades dos bairros;

Implantar a Cidade-Escola do Samba, como lugar de suporte e apoio às atividades carnavalescas, no âmbito da formação profissionalizante e difusão cultural.

## **2.7.BELÉM DA DIVERSIDADE, DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS**

Dialogar com a cidade como uma comunidade de pessoas, entes, espaços e múltiplas identidades, sonhos e resistências são desafios que estão postos para serem superados nesta cidade que é única, porém diversa. O que propomos é a possibilidade de viver um cotidiano sem discriminação e preconceitos de qualquer ordem. Valorizar a diversidade sócio-cultural e enfrentar todas as formas de preconceito e discriminação através de política de direitos da mulher, do idoso, lgbt, negras e negros, pessoas com deficiência, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; garantia de direitos e implementação dos estatutos e outras normas e suas instâncias de formulação e controle social.

Criar SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS, que assumirá algumas funções, antes sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, como um órgão voltado para a formulação de políticas específicas e estruturais para mulheres, juventude, negras e negros, indígenas, LGBT, religiosos, pessoas com deficiência e demais grupos sociais, com coordenações específicas dos movimentos evidenciando a decisão de reconhecimento e garantia de direitos em Belém.



## **JUVENTUDE: Em Belém Juventude tem Futuro**

O uso da tecnologia, dos meios digitais e das possibilidades inovadoras como democracia participativa colocam a força da juventude no centro da construção de uma cidade de direitos. Prpomos:

Implantar Laboratórios Digitais como mecanismo de criação colaborativa de tecnologias, com acesso democrático através de Editais;

Criar uma Plataforma de Cidadania e Juventude criada e voltada para juventude produzir e compartilhar conteúdos criativos sobre as ações de juventude, sobre a cidade, e sobre a gestão pública;

Implantar Fórum Setorial de Tecnologias Livres, como mecanismo de formulação e debates sobre inovação, criação e mobilização da juventude em torno do universo digital;

Criar o Conselho Municipal de Juventude;

Criar o Projeto Se Essa Rua fosse Minha – Espaços públicos abertos aos jovens e à toda a cidade aos domingos e feriados para realização de múltiplas atividades esportivas, culturais, artísticas, econômicas de perspectiva solidária e criativa. Pistas exclusivas do BRT, Ruas e Avenidas e entorno bosques e parques, margens dos rios e igarapés na cidade, e ruas;

Apoiar a arte o esporte de rua, como o hip hop, reggae, rock, dança de rua, grafiteiros, bike kross entre outras, através do Projeto “Juventude na Cidade”;

Implantar um Programa de Estímulo e Apoio às iniciativas criativas e empreendedoras através de formação e acesso ao crédito.

## **MULHERES**

Articular todas as Redes de Proteção e Prevenção à Violência em Belém, visando o acolhimento, respeito e resolutividade das demandas através de:

Serviços Especializados para os casos de violência contra a mulher;

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher;

Casas Abrigo;

Núcleos ou Defensorias Especializadas;

Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gênero no MP;

Juizados e Varas especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher;

Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

CRAS e CREAS;

Centros de População de Rua;

Serviços de Acolhimento de População de Rua;

Defensorias Públicas;

Órgãos Governamentais de Políticas para Mulheres;

Conselhos Estaduais e Municipais;

ONG's;

Rede Social de pessoas vítimas da violência, como a família, a vizinhança, o local de estudo e outras;

Propomos ainda:

Ofertar crédito, formação e fomento inseridos no Plano Municipal de Economia Solidária e Popular;

Construir restaurantes populares e lavanderias públicas como suporte de empoderamento das mulheres chefes de família;

Ampliar a oferta de vagas em creches e na escola de educação integral, bem como a introdução da questão de gênero transversalmente nos planos pedagógicos;

Acesso aos bens e serviços culturais disponíveis na cidade;

Executar programa específico de combate ao assédio sexual e cultura do estupro;

Realizar ações de promoção dos direitos das mulheres em relação a salário igual para trabalho igual e trabalho decente;

Criar Núcleo de Formação e Orientação Jurídica às Mulheres;

Fortalecer o Conselho Municipal da Condição Feminina.

## **LGBT**

Articular políticas para o segmento LGBT como orientação transversal para enfrentamento ao preconceito e para a defesa da livre orientação sexual assegurando direitos já conquistados.

Implantar ações de atenção à saúde integral dos LGBT na rede;

Realizar Formação continuada no âmbito do serviço público municipal evidenciando a transversalidade na formulação e execução de políticas públicas;

Assegurar o passe livre para portadores de HIV/AIDS;

Assegurar crédito e fomento para empreendedores LGBT;

Apoiar as manifestações pela Cidadania LGBT;

Apoiar atividades artísticas e culturais que estimulem a não homofobia;

## **NEGRAS E NEGROS**

Valorizar espaços negros, especialmente os espaços de conservação de cultura afro-brasileira, como os terreiros;

Garantir formação para o mercado de trabalho;

Assegurar crédito e fomento para empreendimentos associativistas e individuais;

Priorizar na Política de Segurança Pública de Belém o fim de ações repressivas contra a população negra, especialmente contra a juventude.

Combater o racismo institucional visando atendimento digno em delegacias, hospitais e escolas através de ações específicas em cada política;

Fortalecer o Conselho Municipal de Negras e Negros;

## **IDOSOS**

Articular a rede de prevenção e assistência à pessoa idosa para:

Garantir o transporte público com tecnologia adequada visando acessibilidade e bem estar;

Possibilitar acessibilidade nas calçadas e equipamentos públicos, eliminar barreiras arquitetônicas nos prédios públicos; abrigos nas paradas de ônibus e sinalização de vias;

Atender integralmente os idosos na rede de saúde incluindo tratamento odontológico;

Ampliar o acesso a medicamentos de uso contínuo;

Ampliar os espaços de convivência da pessoa idosa através de políticas descentralizadas como Centro das Artes, academias ao ar livre, ações em praças e parques e outros equipamentos públicos;

Realizar programas específicos para enfrentamento da violência contra a pessoa idosa;

Implantar albergues ou casa de passagem para abrigar idosos em situação de rua;

CASAS ACOLHEDORAS - Implantar Moradias para idosos impossibilitadas de viver com a família.

## **2.8.VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**

Fortalecer o Serviço Público como direito dos cidadãos e papel do Estado;

Valorizar o Servidor Público criando condições de trabalho, de humanização e respeito, assegurando uma ampla dignificação laboral e pessoal;

Pactuar com os trabalhadores o aperfeiçoamento da gestão, criando espaços de debates sobre as políticas públicas em processos de participação direta;

Implementar de forma contínua o Programa Saúde do Trabalhador atendendo a demandas e estudos sobre as condições de trabalho;

Criar Comissão permanente de discussão e negociação com s servidores públicos;

Formular conjuntamente com os servidores um Programa de Formação Continuada em todos os níveis exigidos para qualificação profissional e prestação do serviço público.

## **2.9.BELÉM METRÓPOLE SOLIDÁRIA E CRIATIVA**

Uma cidade como Belém, mesmo concentrando a maior parte dos postos de trabalho do Estado, não tem oferta para o conjunto de seus habitantes e ainda divide a oferta existente em grande medida com a Região Metropolitana de Belém. Há também a baixa remuneração, posto que um percentual significativo da população economicamente ativa recebe rendimentos na faixa de um salário mínimo e outra grande parcela depende de programas sociais como Bolsa Família.

Desenvolver a Economia Solidária no âmbito de uma política de trabalho e renda integrada a todas as políticas municipais como formação profissional, assistência, cultura, turismo, esporte e lazer entre outros, desenvolvendo meios para fomentar os empreendimentos em toda a cidade, inclusive ilhas, em tudo relevando os potenciais criativos.

Desta forma propomos:

Apoiar e Constituir Redes e Fóruns Solidários;

CENTRO DE AGRICULTURA URBANA, em cooperação com instituições de pesquisa e fomento á produção familiar e geração de alimentos e renda;

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO e FOMENTO voltado para o setor de restaurantes, pousadas e pequenos empreendimentos;

Estruturar o Turismo Ecológico, Educacional e Científico

BANCO MUNICIPAL DE CRÉDITO para oferta de crédito solidário e individual aos setores que dinamizam ou são potenciais estimuladores da economia local e regional;

Elaborar um Plano Municipal de Economia Solidária;

Fomentar e Ampliar Incubadoras de Associações Produtivas e Empreendimentos Econômicos, Solidários e Ambientais, em regime de mutua cooperação entre as Secretarias Municipais e instituições nas áreas de cultura, tecnológica, artesanal, extrativista, destinados a Povos e Comunidades Tradicionais como ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e trabalhadores urbanos;

Desenvolver programas de qualificação social e profissional para jovens que dialoguem com os novos setores que se deseje alcançar a partir dos empreendimentos solidários;

Implantar a Casa das Feiras, como referência de formação e implementação de tecnologias para o trabalho de feirantes e produtores;

Estimular e apoiar por meio de crédito, estudos e tecnologias a formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis do município;

Incentivar as atividades de comércio e serviços para geração de trabalho e renda e fortalecimento da economia de Belém;

Estimular e apoiar ações de Empreendedorismo;

Criar Campanhas e ações municipais para o cumprimento da Lei da Aprendizagem Profissional (Lei 10.097 / 2000) no sentido de gerar oportunidades de acesso ao primeiro emprego de maneira digna e decente. As empresas de Belém cumprem menos de 20% da cota de contratação de aprendizes exigida pela Lei;

Promover campanhas de conscientização do Trabalho Decente, evitando abusos e desvios de função. Trabalho Decente é definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como: “Trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”.

Reestruturar o Liceu do Paracuri e Liceu do Guamá;

Incentivar a formalização dos Micros Empreendedores Individuais (MEI);

Restabelecer a relação democrática com os trabalhadores das feiras, vias públicas e espaços de comercialização, retomando os mecanismos de gestão que deixaram de existir, como os Condomínios Participativos, os Conselhos Gestores e respeito a outras formas de organização, como as comissões de trabalhadores;

Estabelecer um sistema de cooperação com as Universidades, Faculdades e instituições de Pesquisa para que a estrutura da política municipal de economia solidária sirva como campo de estágio e extensão universitária e desenvolvimento de tecnologias sociais no âmbito do trabalho e renda;

Transformar o Mercado de São Brás em “Mercado Modelo”, pactuando com os trabalhadores reestruturação do espaço;

Programa de fortalecimento das Feiras e Mercado de Belém, estimulando uma sociabilidade e convivência que se traduz para além do lugar de comercialização, mantendo-as limpas, com segurança, com iluminação, com dinamismo cultural, com incentivo à economia popular e ações de qualificação definidas democraticamente com os feirantes, articulado à estratégia do Plano de Bairro;

Buscar alternativas para dinamização da Feira e Mercado do Ver-o-Peso, em razão da retirada de parte da comercialização do pescado dessa tradicional feira;

Estimular e apoiar Feiras de Produtos Orgânicos em todo Município;

Instalar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico com ampla discussão com os segmentos envolvidos.

## **2.10. TURISMO DO SÉCULO XXI NA METRÓPOLE**

A Política Municipal de Turismo no século XXI está intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento das políticas de saneamento, energia, saúde, educação, segurança, transporte, infraestrutura portuária e ordenamento territorial. Atualmente, os espaços públicos encontram-se abandonados, degradados, e nestes incluem-se as áreas verdes, principalmente as protegidas, dentre estas o Jardim Botânico de Belém, as áreas protegidas municipais, as praças públicas, e principalmente a região insular, que detém uma rica diversidade sócio-ambiental em acelerado processo de urbanização.

As intervenções englobam os segmentos do turismo cultural, ecoturismo, turismo religioso e turismo científico, com a transversalidade de um processo educacional que possibilite mudanças sociais e econômicas. Assumindo a política de turismo abrangente, solidária, com uso responsável das áreas verdes e recursos culturais, tanto no território insular quanto continental.

Compreendemos o turismo para além de intervenção que provoquem mudanças que descaracterizem os locais, e os congelem em uma definição de "lugar para turista", que mais afasta e segrega do que atrai as pessoas, seja da cidade, ou aqueles que a visitam.

Para a concretização de tais pressupostos propõe-se que a Política de Turismo seja desenvolvida por duas grandes linhas de ação sob responsabilidade da BELEMTUR:

### **REESTRUTURAR E FORTALECER A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO**

Desenvolver uma Política Municipal de Turismo participativa com reforço e ampliação da infraestrutura de apoio, reordenamento dos roteiros turísticos, divulgação e promoção dos atrativos turísticos em nível nacional e internacional;

Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Turismo;

Criar através do Conselho Municipal de Turismo, instrumento de gestão e acompanhamento da política com participação dos segmentos do turismo, público, privado e comunidades - Fazer funcionar efetivamente uma **Rede de Aliança do Turismo**;

Realizar estudos de mercado para definição das estratégias de marketing visando o aumento do fluxo turístico em Belém;

Fortalecer a BELEMTUR como órgão de formulação e execução da política municipal de turismo, assegurando a dimensão intersetorial para a implementação do plano.

### **FORTALECIMENTO DO TURISMO RECEPTIVO**

Reordenamento dos roteiros turísticos – ecoturismo, cultural, lazer, eventos, religioso, inserindo aspectos do território insular e continental valorizando o patrimônio histórico, arquitetônico, os saberes e práticas e todo o patrimônio imaterial.

Reordenar Roteiros Turísticos para Ilhas;

Apoiar as iniciativas de Turismo de Eventos;

Realizar campanha de marketing turístico visando a promoção/divulgação do produto turístico "Belém" nos mercados emissores;

Criar um Programa de Turismo com Base Comunitária na região insular e articulando com municípios da RMB;

Construir Terminal intermodal de passageiros em Icoaraci visando o turismo receptivo

dos cruzeiros internacionais e o turismo de lazer nas ilhas de Belém, com reforço na segurança, voltado para diferentes funções, integrando usos (passageiros, cargas, transporte intermodal)

Reestruturar e implantar portos e marinas nas áreas como Pça.Princesa Izabel; Caratateua (Porto da Sotave) entre outros;

Criar Centro Cultural Casa da Memória em Mosqueiro para fortalecer o patrimônio arquitetônico e turístico;

Fortalecer projetos de portos e marinas nas áreas como Pça. Princesa Izabel; Caratateua (Porto da Sotave para apoio a infraestrutura turística;

Transformar o Mercado de São Braz em “Mercado Modelo” valorizando os trabalhadores que hoje fazem parte desse lugar;

Criar um calendário de eventos turísticos e culturais para ilhas de Belém, no período da baixa estação;

Construir Arena Multiuso para realização de eventos de médio e grande porte nas ilhas de Mosqueiro e Outeiro;

Definir política de uso público turístico para os Parques Ambientais Municipais;

Criar linha de crédito para fomentar práticas de inovação no turismo;

Desenvolver um Programa de Formação permanente para agentes sociais de turismo em cooperação com entidades do setor e centros de ensino e pesquisa;

Estruturar o Turismo Ecológico, Educacional e Científico

## **2.11.HABITAÇÃO: moradia digna em Belém**

Belém conta com uma população de 1.439.561 habitantes residindo em um território de 1.059km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 1.315,27 moradores por km<sup>2</sup>, reproduzindo intensa precarização da moradia, sobretudo, nos bairros populares cuja maioria da população auferem salários que não ultrapassam três salários mínimos. São bairros com alto índice de assentamentos precários pela ausência de infraestrutura urbana, regularização fundiária e condição da moradia. Belém possui 368 mil domicílios particulares permanentes, dentre os quais encontramos situação de aluguel, próprios, ocupados irregularmente, cedidos, vagos e outras formas de uso.

Alia-se a essa situação a baixa capacidade da gestão municipal em prover a produção de novas unidades habitacionais capazes de diminuir o déficit habitacional, que em Belém alcança o patamar de 69 mil domicílios, além da existência de 149 áreas de assentamentos precários ocupados por 50% do total da população residente em Belém, sem considerar a região insular. Assim, essa população busca solucionar o problema através da convivência familiar ou se apropriando de cômodos alugados ou cedidos temporariamente, nas áreas urbanas. Tem-se, então, que 76,37% do déficit habitacional correspondem às situações de famílias conviventes, e 17,05% a cômodos utilizados como moradias. Nesse sentido, é que apresentamos as seguintes propostas para a política habitacional em Belém, que visam dar funcionalidade e efetividade ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que não vem sendo cumprido pelos últimos governos municipais, seja em relação ao cumprimento das metas, ou pelo funcionamento das instâncias de participação e controle social:

Implementar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de forma democrática e participativa, priorizando a demanda destinada à população de zero a três salários mínimos, que representa 84% do déficit habitacional de Belém;

Elaborar Planos de Bairro envolvendo os moradores das áreas de assentamento precários, dando atenção para as famílias que residem nas áreas de intervenção urbanística, que foi ou está sendo afetada por deslocamentos compulsórios;

Cumprir a meta de produção habitacional de acordo com o estabelecido no PMHIS, tendo em vista que o atual governo não a cumpriu.

Urbanizar áreas de assentamentos precários - Urbanização integrada de assentamentos precários, garantindo a infraestrutura urbana necessária à melhoria habitacional nos bairros de Belém, definindo as prioridades a partir do PMHIS e buscando reverter a situação de precarização das áreas de assentamentos precários;

Programa de Desenvolvimento Institucional para estruturar o sistema municipal de habitação, equipando a secretaria municipal, fortalecendo o fundo municipal, dando funcionamento ao conselho municipal, ampliando e capacitando o quadro funcional, e criando condições concretas para execução da política municipal de habitação;

Elaborar o Cadastro Único de Atendimento Habitacional, que tornem claros e transparentes os dados de demanda e de atendimento;

Atualizar a legislação municipal que incide sobre a definição de áreas para construção de novas moradias, articulando com os instrumentos urbanísticos disponíveis;

Buscar parcerias e convênios com os agentes financiadores da política urbana para a construção de novas unidades habitacionais e melhoria habitacional;

Definir junto com o Conselho Municipal de Habitação o financiamento da política de habitação, fortalecendo o fundo municipal;

Criar o primeiro Escritório Público de Arquitetura de Belém vinculados às Sub-Prefeituras para prestar orientação técnica e elaboração de projetos, objetivando a adoção de padrões urbanísticos no bairro e na cidade, e agregar melhores condições de habitabilidade fazendo uso de servidores públicos e cooperação com conselhos de categorias profissionais, entidades da sociedade e instituições de ensino;

Habitar o Centro Histórico em prédios que hoje encontram-se fechados para atender servidores, estudantes, idosos, trabalhadores do centro histórico, estudantes e outros segmentos potenciais;

Desenvolver projetos nas áreas de baixadas, com verticalização de até 4 andares e considerar as ZEIS com seus instrumentos, de forma a atuar para reduzir tanto o déficit qualitativo como quantitativo;

Implantar projetos de conjuntos habitacionais em pequena dimensão no interior dos bairros, em áreas ainda disponíveis que preservem as características dos bairros;

Desenvolver um Programa de Regularização Fundiária em Belém como reconhecimento do direito à moradia;

Criar um sistema de avaliação e monitoramento da política de habitação, conforme previsto no PMHIS;



Integrar as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, articulando e potencializando a política urbana no município afirmando uma concepção de moradia que incorpora diferentes aspectos da vida nas cidades.